

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director Armando Parreira • Publicação Bimestral • 100\$ • Set./Out. 92 • n.º 8

EDITORIAL

Lay-off para os militares

A Lei n.º 15/92, primeiramente vetada pelo Presidente da República e posteriormente pela Assembleia da República — com os votos contra dos partidos da oposição — vem alterar, substancialmente, o Estatuto dos Militares (EMFAR), ao estabelecer medidas que restringem mais ainda as suas regalias e regimes jurídicos sociais.

A não transparência e a falta de informação do que se objectivava, a negação do diálogo co-responsabilizador, levaram à falta de rigor e à não justa avaliação dos efeitos da pretendida racionalização de efectivos.

O regime jurídico agora adoptado na lei não foi orientado na base da concordância de objectivos e princípios. A idade legal de reforma — a sua antecipação; a calendarização a estabelecer; o regime voluntário de passagem à reserva e à reforma; a protecção social; a aplicação dos regulamentos comunitários nesta matéria, designadamente em caso de reserva e reforma antecipada; a reinserção profissional... Tudo, tudo isto deveria ter sido tratado por forma a respeitar direitos e a proporcionar maior eficácia às medidas de reestruturação e redimensionamento.

Não se atentou na necessidade de acordar com os implicados os princípios a que deveriam obedecer as alterações legislativas decorrentes. Não se ponderou a necessidade de criar, para o efeito, um sistema para derimir conflitos.

Não se atribuiu relevância alguma à necessidade de reforço da coesão social. Muito pelo contrário, fez-se dos problemas do redimensionamento e da reestruturação das Forças Armadas autênticos veículos geradores de desconfiança social, de mau-estar público e de descrédito dos militares.

Os militares, o ex-CEME, o Presidente da República, viram-se confrontados com um regime de «suspensão dos contratos de trabalho dos militares» visando uma

continua pág. 2



Reestruturação das Forças Armadas

O processo de reestruturação das Forças Armadas, em curso, deixa no seu rasto marcas profundas de descontentamento e até de ressentimento em muitos daqueles que, tendo dedicado às FA's todo o seu saber e a sua força, vêem hoje a evolução do processo passar-lhes ao lado. Desconhecem o que serão, como serão e o que farão as FA's pós-reestruturação e não sabem quais os papéis que lhes caberá desempenhar nessa altura, nem nunca lhes foi pedida opinião e, além do mais, nem sabem se continuarão nas FA's. Damos algumas respostas... e as nossas opiniões.

Páginas 4 e 5

REVISÃO DO ART.º 31.º DA LDNFA

O Abaixo-Assinado exigindo a revisão do artigo 31.º da LDNFA, que restringe aos militares o exercício de direitos fundamentais, está a colher uma forte adesão, inclusivamente por parte de personalidades influentes na vida nacional.

2

REVISÃO ANUAL DE REMUNERAÇÕES

O Ministro das Finanças prevê uma inflação de 5% no próximo ano e quer que o aumento das remunerações ronde apenas o valor desta previsão. Entretanto, correm rumores de que o aumento médio dos impostos rondará 10%...

7

ENTREVISTA COM BAUKE SNOEP

Bauke Snoep, Presidente da Federação Geral do Pessoal Militar da Holanda e Membro do Comité Executivo da EUROMIL concedeu uma entrevista a «O SARGENTO» em que falou dos direitos dos militares na Holanda e na Europa.

8

EDITORIAL

continuação da pág. 1

política social desenquadrada das soluções adequadas à salvaguarda da elevada e constante lealdade, dedicação e competência em que assenta a confiança exigível às funções desempenhadas pelos membros das Forças Armadas.

As alterações introduzidas agora ao EMFAR não tiveram em conta a concertação social.

Por isso foram conflituosas.

Aliás, as contínuas alterações que o Governo tem feito aos regimes jurídicos dos militares sem aceitar e reconhecer as solicitações e propostas dos militares e suas organizações associativas; sem nunca privilegiar a concordância sobre as medidas a adoptar; sem nunca apreciar e debater a sua adopção e aplicação à realidade militar portuguesa, mais não tem feito do que provocar a desesperação no meio militar e o aumento da conflitualidade.

Tais práticas não têm contribuído, pois, para a criação, desejável, de um bom ambiente de relações sociais e não têm respeitado o livre exercício dos direitos dos militares. A prévia audição dos militares e das suas organizações associativas nas propostas de alteração a princípios estabelecidos e orientadores da vida militar seria sempre um factor importante no reconhecimento da sua qualificação e eficácia organizativa, do seu prestígio popular.

Assim não se quis, assim não se quer no MDN. Não se quis para esta lei um consenso subscrito.

Como se poderá agora imprimir a desejada unidade e eficácia às Forças Armadas?

Como se poderá assumir o firme compromisso de contribuir para modernizar as Forças Armadas?

LUTAR, LUTAR PELA DIGNIFICAÇÃO

O caminho empreendido pela Classe de Sargentos, de lutar pela dignidade e justiça, pelo direito ao associativismo com um estatuto que reconheça o diálogo institucional, revela-se a cada passo um objectivo justo e necessário. Pode mesmo dizer-se que por cada medida governamental tomada, mais justo é o objectivo.

O processo acelerado de transformação das FA's, que o Governo encetou com total ausência de diálogo, clareza de objectivos e métodos, assenta, como cada vez mais claro vai ficando, por um lado no uso de uma maioria parlamentar e por outro num crescente envolvimento externo dos militares portugueses.

Os conflitos que já ocorreram no seio da instituição contaram recentemente com mais um desenvolvimento significativo que foi a demissão do general Loureiro dos Santos, do cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército.

Independentemente de outro tipo de considerações, a atitude do Gen. CEME foi de coragem e de quem, tendo convicções, recusa andar ao sabor das conveniências.

Quantos meses de SEN

Foi dito, alto e bom som, que o Serviço Efectivo Normal seria de quatro meses em 1993. Tal foi prometido em várias ocasiões. E que, como compensação, haveria voluntários e contratados. Até foram feitos anúncios na TV e um carro correu o país e distribuíram-se camisolas...

Mas não estou convencido. Daí que lance o meu apelo para que o MDN informe de quanto tempo será o SEN em 1993.

«O Cusca»



Aniversário do CS AERO



O Clube dos Sargentos de Aeronáutica comemorou o seu 6.º aniversário com diversas actividades. No almoço que teve lugar na messe de sargentos da Base Aérea n.º 1, em Sintra, no dia 11 de Julho, esteve presente o brigadeiro Fortes Monteiro, em representação do CEMFA.

Desta vez não chegou qualquer mensagem que viesse trazer ao clube a felicidade surgida aquando do almoço comemorativo do 5.º aniversário. Continuam os sargentos sem sede condigna e quase na certeza de ve-

rem comprometidas as suas justas aspirações, por renúncia do actual CEMFA em assumir o compromisso público do seu antecessor.

A distribuição equitativa, feita pelo anterior CEMFA, da vivenda da Força Aérea, sita na Av. Gago Coutinho, em Lisboa, pela Associação de Especialistas, pelo CSAERO e pela AFAP, não recebeu o «âmen» do gen. Mendes Dias.

Próximas iniciativas do CSAERO:
Excursão à serra da Estrela, em Novembro.

O SARGENTO

Propriedade: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Redacção: Rua Barão de Sabrosa, n.º 91-1.º Esq - 1900 LISBOA
Telefone 815 49 86 - Fax 815 49 58
Gráfico: JORNAL
Fotocomposição e Montagem: TEXTAG, LDA
Impressão: RENASCENÇA GRÁFICA, SA
Tiragem: 5000 ex.
Depósito Legal: 48582/91
Registo na DGCS 115109

O SARGENTO JORNAL BIMESTRAL QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE PELO PRAZO DE 1 ANO

- Continente (500\$00)
- Regiões Autónomas (600\$00)
- Europa (700\$00)
- Macau (800\$00)
- Guiné, Angola e Moçambique (800\$00)
- Outros Países (800\$00)

Forma de pagamento: Cheque Vale postal

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Pela revisão do Art.º 31

Uma comissão de sargentos dos três ramos das Forças Armadas lançou um abaixo-assinado exigindo a revisão do Artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Uma fonte da referida comissão de sargentos informou que já foram recolhidas muitas assinaturas, não obstante o objectivo não seja o de promover uma recolha massiva. A mesma fonte referiu que o abaixo-assinado conta já com a adesão de diversas personalidades, entre as quais Salgado Zenha, Alexandre Castanheira, Corregedor da Fonseca, Mário Tomé, Ramon La Féria, Natália Correia.

O abaixo-assinado é encabeçado pelo texto que a seguir transcrevemos na íntegra.

ABAIXO-ASSINADO

Considerando que os militares são antes de mais cidadãos;
Considerando que Portugal é país subscritor de Tratados e Resoluções Internacionais — nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos do Homem; a Carta Social Europeia; a Resolução do Parlamento Europeu e outra do Conselho da Europa —, nos quais expresso o direito de «os militares constituírem associações para defesa dos seus interesses, delas fazerem parte e tomarem parte activa»;

Considerando que Portugal é subscritor da Carta de Paris da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE), na qual o direito fundamental de associação é reconhecido a todos os cidadãos sem qualquer restrição;

Considerando que o Artigo 31.º da LDNFA viola a própria lógica constitucional (Art. 270.º);

Considerando que o Art.º 31.º da LDNFA, ultrapassando o disposto na Constituição da República Portuguesa, bem como os Tratados Internacionais e as Recomendações/Resoluções do Parlamento Europeu e Conselho da Europa coloca os militares portugueses como cidadãos de segunda, sem qualquer liberdade de opinião e castrados o direito de defesa de participação na resolução dos problemas socioprofissionais;

Os cidadãos abaixo-assinados exigem:

A revisão imediata do Art.º 31.º da LDNFA

Sabia que?

431 mil portugueses exercem profissões científicas ou liberais?
614 mil são administrativos?
475 mil são empregados no comércio?
581 mil estão nos serviços?
794 mil são agricultores ou empregados na agricultura?
Um milhão e 500 mil trabalha na produção?
97 mil são militares de carreira?
(INE — Inquérito ao Emprego — 1991)

e sabe que?

13% dos portugueses não sabe ler nem escrever?
75% frequentou a escolaridade obrigatória?
6% frequentou o ensino secundário?
1,8% tem o nível de ensino médio?
2,9% frequentou o ensino superior?

CONVITE



Comemorações do 31 Janeiro 1891

30 Janeiro 93 Voz do Operário Almoço

Presente Comissão Executiva da EUROMIL

Porque voam os A7P?

No passado dia 22 de Setembro, na Holanda, despenhou-se o décimo segundo aparelho A7 P Corsair da Força Aérea Portuguesa.

Portugal comprou há dez anos, cerca de cinquenta aviões deste modelo para equipar as duas esquadras da Base Aérea n.º 5 de Monte Real, um negócio que na altura se disse ter salvo de situação económica difícil a Vought Corporation, em Dallas.

«frotas de combate» da Força Aérea?

De resto, a falta de meios financeiros para operar os meios aéreos afecta já toda a frota, onde são visíveis problemas de segurança, voo e apetrechamento.

Por exemplo, em relação aos P3 P, será que a FAP vai investir os cerca de três milhões necessários para salvar o programa ou vai deitar fora os cinquenta milhões já investidos?



Os aviões A7 P são constituídos por velhas fuselagens de A7 A, algumas com mais de vinte anos, pertencentes a aparelhos que fizeram a guerra do Vietname e foram reciclados pela referida empresa norte-americana.

Em resultado dos acidentes e da «canibalização» de aparelhos para obter sobressalentes, existe actualmente apenas uma esquadra com cerca de vinte aparelhos, dos quais a Força Aérea ainda consegue pôr seis ou sete no ar.

A tese oficial da «falha humana» tem servido de justificação para os acidentes omitindo-se, sistematicamente, a obsolescência dos aparelhos, as dificuldades de manutenção e os consequentes períodos de passagem forçada, de que resulta



uma baixa taxa de operacionalidade.

A somar a isto, temos o facto de os pilotos não cumprirem, por falta de meios, o número mínimo de horas de voo indispensáveis à sua contínua qualificação.

No fundo, existe uma extensa cadeia de erros e falhas a todos os níveis, que conduzem inevitavelmente aos acidentes.

Poder-se-á perguntar: se os F16 chegarem a vir e se tiverem acidentes ao ritmo dos A7, o que vai ser das

A esta situação não é alheia a deficiente gestão de pessoal seguida nos últimos anos pelas chefias e agravada com as últimas medidas governamentais.

É que os voluntários e contratados não cobriram em 91/92 metade das necessidades, sendo a situação particularmente grave na área dos mecânicos. Se juntarmos a isto a aplicação da chamada «Lei dos coronéis» que permite a saída de um elevado número de oficiais e

sargentos, a Força Aérea poderá ficar em situação difícil quanto a mecânicos que garantam, com segurança, a operacionalidade da frota.

Aliás, vai ser interessante ver onde vai a Força Aérea buscar os cerca de quatrocentos militares necessários ao programa dos F16?



Loureiro dos Santos: UMA DEMISSÃO ANUNCIADA

A nomeação do General Loureiro dos Santos, há cerca de ano e meio, para a chefia do Exército, permitiu retomar expectativas e renovar a esperança aos que acreditavam ser ainda possível dar conteúdo às anunciadas medidas governamentais de reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas.

As expectativas goraram-se uma vez mais e o Governo insiste numa política ir-

realista e desajustada, que conduz o Exército para uma situação abaixo do limite mínimo credível à defesa nacional.

No Ministério da Defesa Nacional substituem-se militares por igual número de civis, ao mesmo tempo que se aprova bruscamente uma «Lei de redução dos militares», que arrasta compulsivamente oficiais das armas e abre a porta a uma saída desagrada de oficiais e sar-

gentos técnicos, cujos reflexos no funcionamento do ramo não se conhecem com rigor.

O Governo que alienou património e não promoveu o necessário reequipamento do Exército, «atacou» agora o factor mais credível deste ramo das Forças Armadas, o seu potencial humano.

Com a alteração do conceito de SMO o Governo abriu portas à profissionalização sem ter avaliado cor-

rectamente os custos, quer no plano financeiro, quer quanto à quantidade e qualidade de candidatos a voluntários.

Com incentivos claramente insuficientes, a campanha de recrutamento promovida pelo Ministério da Defesa fracassou e hoje temos um Exército esvaziado.

Em muitas unidades, por falta de efectivos, não se cumprem normas e regulamentos, enquanto noutras tiveram de ser interrompidos os patrulhamentos florestais por falta de condutores.

Há regiões militares que não têm pessoal em número suficiente para formar uma companhia.

A BMI, até há dois anos mantinha quatro companhias com prontidão imediata e hoje consegue ter apenas uma.

Estes alguns exemplos da falta de pessoal e da degradação a que se assiste na vida das unidades.

Esta não é certamente a «reforma militar e social» que Loureiro dos Santos anunciou na sua tomada de posse como CEME.

Por tudo isto, mas não só, o Exército viu cair um dos seus generais mais prestigiados.

Sustentado ao longo dos anos por uma auréola de competência raramente posta em causa, o General Loureiro dos Santos não resistiu à intolerância e ao autoritarismo!

O endereço da AOFA é de momento o seguinte:
Apartado 2869
1122 Lisboa Codex

Oficiais constituíram Associação

Um grupo de oficiais das Forças Armadas constituiu formalmente a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA). A Associação tem como objectivo a «promoção, defesa e representação dos associados e dos seus interesses profissionais e estatutários, numa perspectiva deontológica, social e cultural» — conforme refere um comunicado divulgado pelos fundadores da AOFA.

Segundo o mesmo comunicado, a AOFA surgiu «na sequência da reestruturação das Forças Armadas, em

curso, sobretudo devido aos procedimentos utilizados, gravemente lesivos da Instituição Militar e, consequentemente, pondo em risco a própria defesa nacional». A criação da associação identifica-se, contudo, com a necessidade de um adequado redimensionamento das Forças Armadas e exprime a vontade dos cerca de 500 oficiais que se reuniram em Junho para apreciação da então proposta de lei do Governo sobre o redimensionamento das FA's.

No seu projecto de estatuto,

tos, a AOFA reivindica «total e absoluta» independência em relação à hierarquia e nos planos político, partidário, religioso e sindical. Para a prossecução destes objectivos a AOFA promete envolver todos os esforços, desde que não ponham em causa as regras de segurança do pessoal e das informações militares.

Figurino internacional rege reestruturação d

Efectivos diminuem Efectivos aumentam

Tanto os militares como a opinião pública poderão estar confundidos com a contradição, pelo menos aparente, com o que se tem divulgado sobre o número de efectivos que constituirão as Forças Armadas. Notícias publicadas na comunicação social deram conta de que Portugal podia ter até 80 mil militares no quadro das negociações CFE, assinadas no decorrer da 3.ª Cimeira da CSCE. Por outro lado, foram também divulgadas as declarações do almirante Fuzeta da Ponte, dando conta da redução do número de militares no serviço efectivo normal, mas acompanhado por um aumento ao nível de oficiais e sargentos.

Se, no primeiro caso, o facto de existir o tecto de 80 mil militares não implica efectivamente que a ele se chegue, já que se trata de um quantitativo alicerçado no quadro de uma divisão teórica de forças, no segundo caso há aspectos sobre os quais importa reflectir.

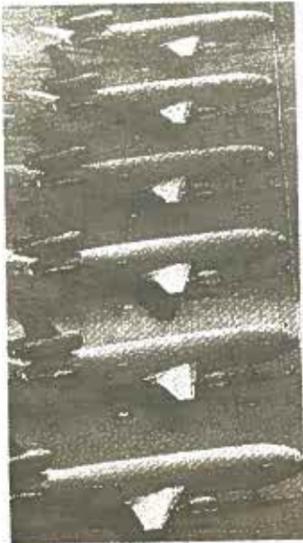
A diminuição do número de praças no SEN deveria traduzir-se no aumento do número de praças em regime de voluntariado e/ou contrato. Ora, a verdade é que assim não acontece. Coloca-se então, desde logo, a questão de saber como vai a Marinha cumprir as missões com menos 54% (foi este o número publicado) de militares SEN?

Esta questão coloca-se porque está para nós excluída a possibilidade de serem os QP's a executar funções atribuídas aos SEN. Mesmo no que respeita aos voluntários e contratados, temos muitas dúvidas de que o investimento feito na sua formação não acabe por ser consumido num qualquer serviço geral.

O aumento do número de oficiais e sargentos não ficou claro quanto à forma como se iria processar, se pela via dos QP's ou se em regime de voluntariado.

Seja como for, tal implica aumento de despesas.

Esta lógica, ao consumir-se, vem provar outro tipo de questionamentos sobre determinado tipo de argumentação justificativa para alguns actos legislativos. Além de ser uma lógica contrária à palavra chave — poupança.



O pacote militar das leis orgânicas do Governo prevê reduções drásticas de efectivos, a extinção de serviços, o desaparecimento das direcções das Armas, de quartéis, a transformação de departamentos em comandos funcionais, a criação do posto de general de uma estrela;

— Prevê a criação de forças operacionais limitadas a três brigadas: Brigada Aero-transportada Independente, Brigada Mista Independente e Brigada de Defesa Interna;

— Cria uma força de elite sujeita a um grau de prontidão de 72 horas;

— Activa o Grupo de Aviação Ligeira do Exército, com 40 helicópteros multi-uso e mais 12 de ataque;

— Transforma a Brigada

Mista Independente em unidade mecanizada, com dois batalhões mecanizados e um grupo de carros de combate;

— Aplica na defesa interna a terceira Brigada que agrupará todas as forças do Exército.

No encerramento dos quartéis prevê-se a sua substituição por três campos militares:

— Serra da Paradela (Norte)

— Santa Margarida (Centro)

— Mértola (Sul).

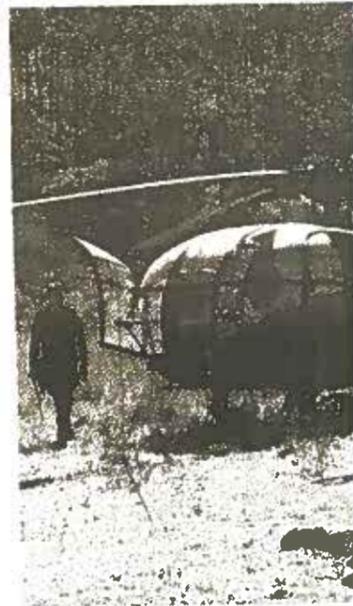
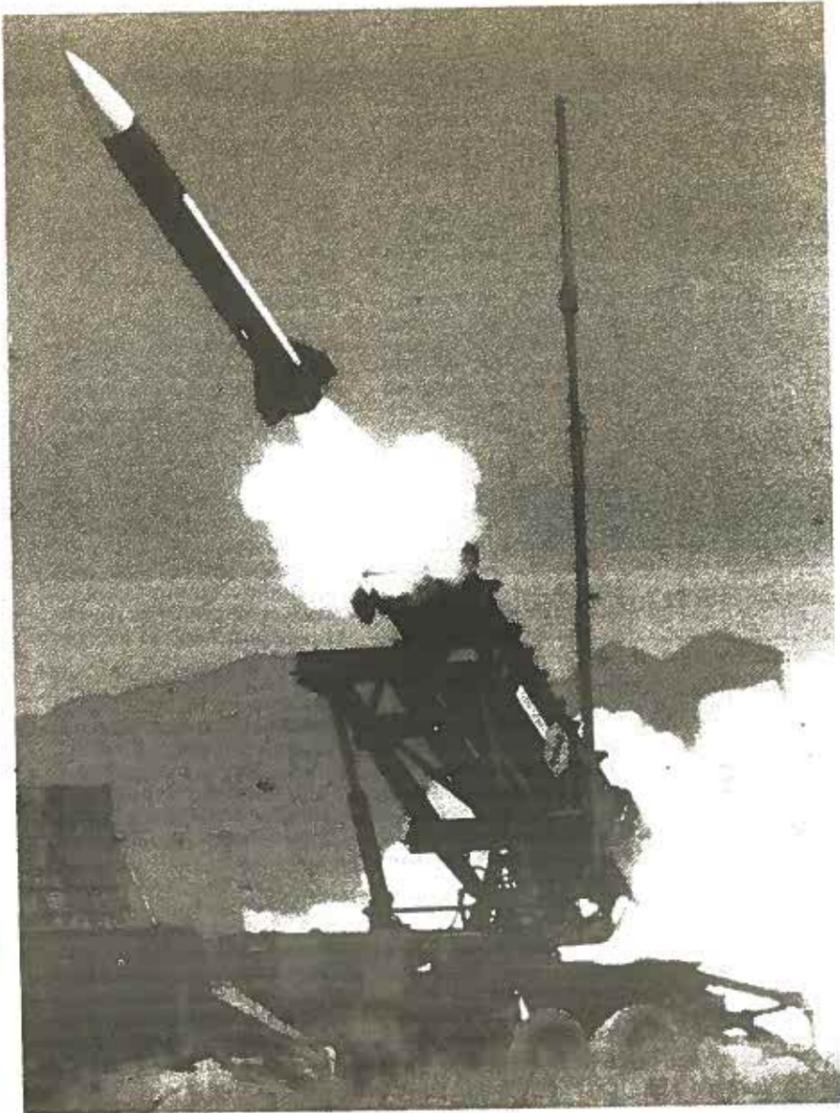
Na mira do lucro com estas transformações estão já os interesses privados, como o caso do empresário Stanley Ho,

que, comenta-se, adquiriu os terrenos a utilizar pelos militares em Mértola, com o objectivo de fazer deles moeda de troca com os apetecidos espaços de espaço lisboeta pertencentes ao Ministério da Defesa Nacional.

Na Marinha prevê-se um Comando Naval com Estado-Maior próprio. São previstas, também, alterações nos actuais comandos dos Açores e da Madeira. Prevista está, também, a renovação de submarinos, lá para o ano de 1997.

A Aeronáutica, que foi tomada como modelo para as alterações funcionais nos outros ramos (!), vê comprometidas as primeiras prestações para a compra dos F16.

Estas alterações apontam



s FA's

o sentido da profissionalização das Forças Armadas, o que, para se tornarem legítimas, implicam uma revisão constitucional, pois a organização das FA's baseia-se no Serviço Militar Obrigatório.

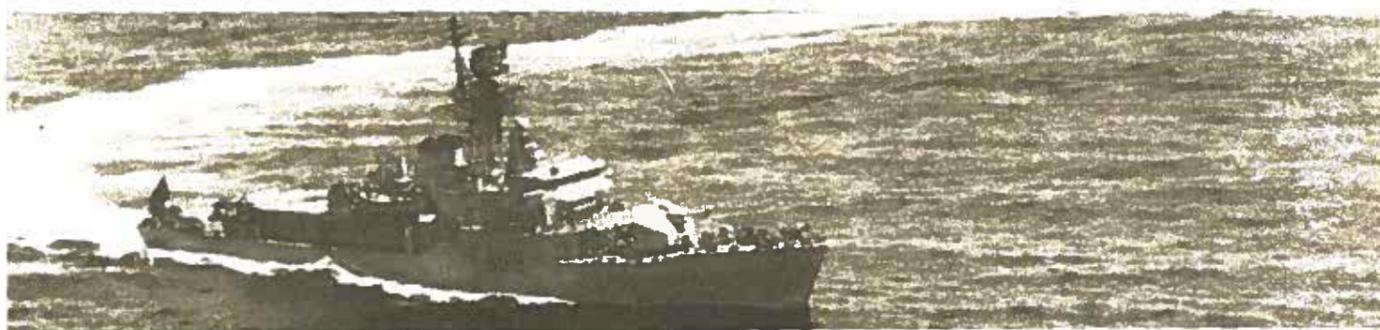
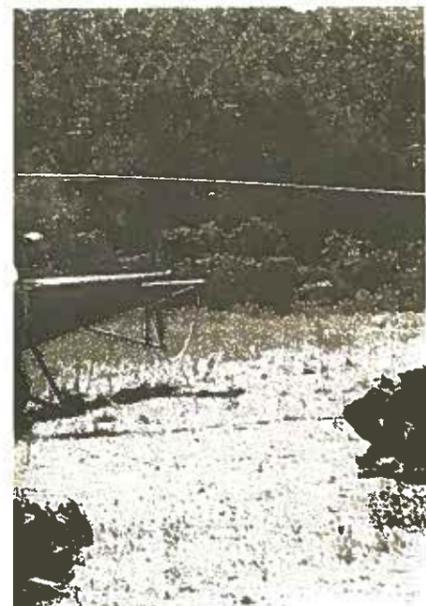
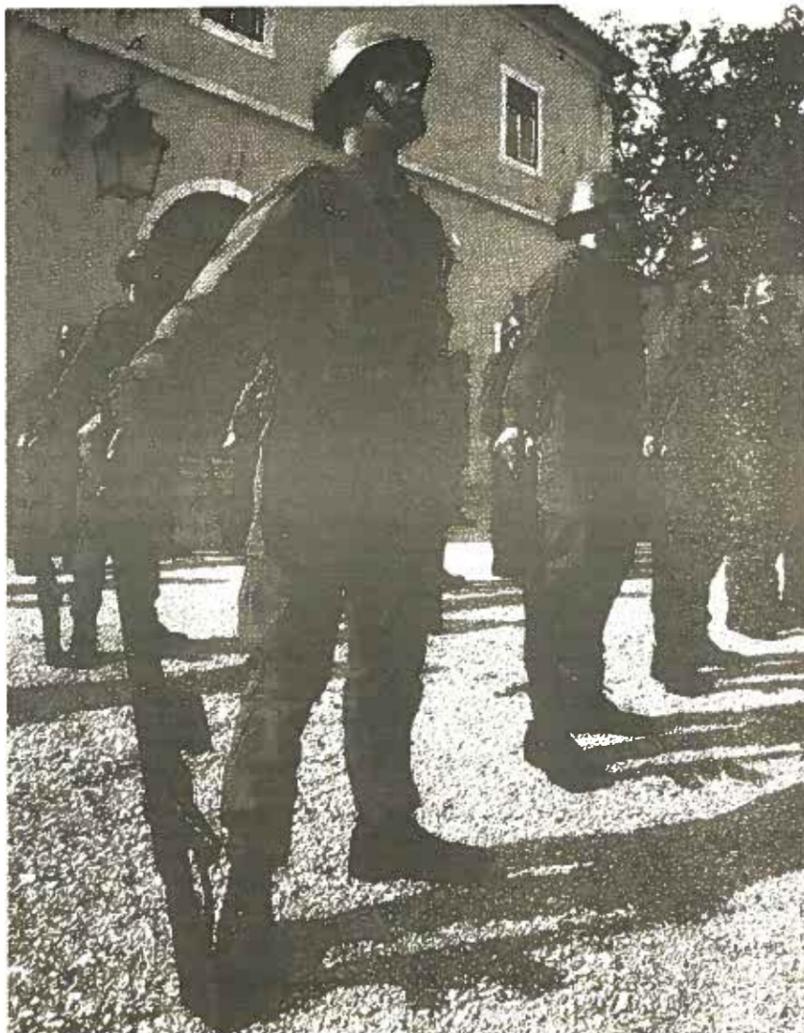
Por outro lado, regendo-se Portugal, nas suas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional e pela solução pacífica dos conflitos internacionais; reconhecendo Portugal o desarmamento geral, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, porque organizadas por forma a que a maior parte das suas forças esteja ao serviço de interesses nacionais (só a 3.ª Brigada imbrica a defesa interna)? Por-

quê subtrair Forças Armadas nacionais à subordinação, aos órgãos de soberania nacionais competentes nos termos da Constituição e da Lei, passando a obrigá-los a comandos estrangeiros, como acontece com a primeira e a segunda brigada.

Ir-se-á criar um «conceito de defesa nacional externa», à semelhança do que já vimos noutros arrogantes países para justificação da existência e uso de brigadas nacionais aerotransportadas e mistas nos conflitos internos de outros estados?

Por outro lado ainda, parece-nos bem claro de ver que o «voluntário» e o «contratado» estão no fio deste novelo. As campanhas de sensibilização e os dourados incentivos televisivos não escondem a pungente chamada à juventude. Denunciam, também, o temor pelo constitucional Serviço Militar Obrigatório como base da organização das Forças Armadas.

É certo que os castelos defensivos criados pelos nossos antepassados são hoje monumentos nacionais. Alguns quartéis também o serão amanhã. Deseja-se é que o sentimento de unidade na preparação do trabalho colectivo para a defesa da soberania e independência nacionais que proliferavam dentro dos seus muros prevaleça.



Reestruturação das FA's revela traços principais

SEGUNDO TRAÇO

O segundo traço tem como objectivo fundamental as fragatas MEKO, os aviões F16, a Brigada Para/Comando e o Grupo de Aviação Ligeiro do Exército (Helis). É para aqui que os esforços se dirigem.

Daí que não seja de estranhar o fecho de unidades e que outras funcionem com menos de metade do número de efectivos. Daí, também, não ser de estranhar que tenentes-coronéis ou coronéis comandem hoje menos homens do que quando eram capitães, etc.

O fundamental são as áreas que vão satisfazer os compromissos externos, ou melhor, que vão ficar integradas em forças resultantes do novo conceito NATO.

Como «O SARGENTO» tem vindo a referir, as peças do «puzzle» que tem sido o processo reestruturador das FA's encetado pelo Governo vão-se encaixando.

A «ilógica reestruturadora» vai dando lugar a uma lógica de actos que deixam adivinhar problemas complicados para a estruturação das FA's. É que não podemos esquecer que todo o processo reestruturador encetado pelo Governo não obedece a qualquer conceito estratégico nacional.

No jornal «Correio da Manhã», de 18 de Setembro, foi publicado um texto com o título «Forças Armadas terão mais profissionais». Segundo a notícia, actualmente, a profissionalização das FA's é de 46%, a sexta maior dos países europeus continentais da NATO, e o objectivo é atingir os 60%.

Uma outra notícia do mesmo jornal, no mesmo dia, dava conta de que «o novo corpo de reacção rápida do comando aliado na Europa, que integra 11 países da NATO, incluindo Portugal, estarão operacionais em 1995 e será chefiado por um general inglês. A cerimónia de criação terá lugar a 2 de Outubro em Bielefeld, Alemanha, com a participação do comandante da Brigada Ligeira de Para-Quedistas Portuguesa, Briga-

deiro Firmino Pinto».

A pouco e pouco, o projecto vai-se revelando. Distinguem-se já dois traços fundamentais que se vão acentuando — profissionalizar e criar, do ponto de vista estrutural, sistema de forças, dispositivo e equipamento, as condições para a integração e/ou participação em missões de carácter externo.

PRIMEIRO TRAÇO

O primeiro traço implica a redução do quantitativo de militares e enveredar por uma composição das FA's assente em quadros permanentes, contratados e voluntários.

Ao que sabemos, a oferta

de voluntários e contratados está longe de atingir os níveis necessários. Para isto contribuem duas ordens de razões.

— A primeira diz respeito ao desgaste da imagem das FA's.

A inexistência de uma política acertada e coerente no que diz respeito à Defesa Nacional e Forças Armadas e, até, a utilização da Instituição como exemplo de área onde há que poupar — por causa da Saúde, Habitação, etc. — feito em termos que não dão das FA's e dos seus homens, no mínimo, uma imagem degradante que não contribui para cativar ninguém.

Há que poupar, não há dúvida! Mas também há que proteger as FA's de jogos de marketing feitos para servir objectivos pessoais ou eleitorais.

A segunda ordem de razões para a insuficiência de contratados e voluntários diz respeito ao fraco quadro de incentivos oferecido aos potenciais candidatos: os jovens.

Há um ditado popular que diz que «com papas e bolos se enganam os tolos». Mas, quem é que é tolo?

Por outro lado, não são as operações de engenharia orçamental que apagam o facto de este ser um caminho que implica o envolvimento de maiores verbas. O Orçamento do Ministério da Defesa pode descer, mas por certo que sobe o da Segurança Social, dada a transferência de milhares de militares para a Caixa Nacional de Pensões, o mesmo sucedendo no que respeita aos programas de formação profissional.

BASE DAS LAJES

A esquadra de aviões P-3 Orion, de patrulhamento do mar e de pesquisa anti-submarina dos americanos, vai retirar dos Açores. O Pentágono decidiu que, por agora, as Lajes passam a ser apenas base de trânsito.

Esta posição envolve o despedimento de grande parte dos trabalhadores ali empregados, o que está a causar um mal-estar generalizado.

Entretanto, as negociações das indemnizações está a decorrer entre o Governo e a missão norte-americana, estando fora de causa, pelo lado americano, contrapartidas financeiras para programas de desenvolvimento dos Açores.

Outras forças políticas nacionais propõem «planos de emergência» e períodos de transição que permitam salvaguardar e defender os direitos dos trabalhadores e criar perspectivas de reabsorção de mão-de-obra despedida — cerca de 1200 trabalhadores portugueses.

De cavalo para burro

As recentes alterações ao respectivo estatuto provocaram que os alunos do curso de artífices da Marinha, em vez de serem graduados em 2.º sargento no final do 2.º ano do curso o sejam apenas no final do 3.º ano.

Aí está um belo incentivo

para o pessoal... se ir embora. Aí está um exemplo de incoerência entre a prática e os belos anúncios divulgados na televisão.

Exército

A Comissão Permanente de Ramo do Exército, através de comunicados da Delegação Norte e Lisboa, manifesta as suas preocupações e apreensão com o processo em curso de reestruturação e redimensionamento. O regulamento de avaliação e mérito, quadros orgânicos, redução do pessoal SEN, NSR, são, entre outros, objecto de análise e consideração. Salienta-se, dos referidos comunicados, «os efeitos verdadeiramente arrasadores das medidas que transformam o célebre triângulo invertido em losango, por força da redução do pessoal em SEN».

Para aprofundamento da análise da situação, vão ser promovidos uma série de encontros a nível nacional.

Marinha

A CPR — Armada analisou também em comunicado a situação no Ramo.

Escalões, subsídios, redimensionamento, carreira, meios navais e as Comemorações do 31 de Janeiro, são temas tratados.

Fuzileiros

Problemas de equipamento, quadro de missões, de carreira e socioprofissionais

arrastam-se sem solução e instalaram, desde há muito tempo, o mal-estar no seio dos fuzileiros. Agora, a estes problemas soma-se o de saber qual o futuro concreto que está destinado aos fuzileiros no quadro da reestruturação.

O «zun-zun» tomou de assalto a vida dos FZ's, no de-



curso de umas idas a Tróia para uns exercícios que questionaram. Perguntam, mas ninguém sabe.

Todos sabem o que divulga a comunicação social; todos sabem que o quantitativo de FZ's desceu, mas o quadro de missões mantém-se; todos sabem que o equipamento é obsoleto.

Todos pensam mas temem dizer que a existência de uma força especial pluridisciplinar faz falta a Portugal e enquadra-se no tipo de forças existentes noutros países, mas os fuzileiros estão à margem desse processo, o que lança a interrogação sobre qual vai ser o futuro. Perguntam mas ninguém sabe, com tristeza e revolta.

General Dynamics nas OGMA

Está a ser negociada a hipótese de instalação de um centro de desenvolvimento e reparação de motores para aviões da General Dynamics nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico — OGMA.

O projecto envolve a apli-



cação de 1,5 milhões de contos concedidos a título de reforço do Quadro Comunitário de Apoios.

As OGMA são actualmente tuteladas pelo Ministério da Defesa e a General Dynamics é a empresa de onde saem os F16.

Dizem as más-línguas que, na volta, as OGMA irão parar a mãos privadas. Será?

Uma desgraça nunca vem só



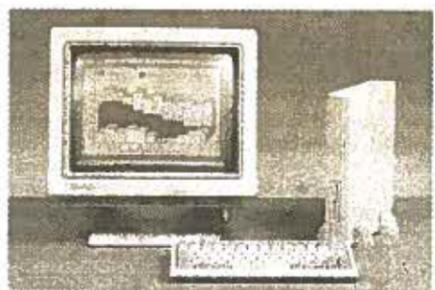
Enquanto a «Sagres» anda por terras da América e a fragata «D. Fernando» (sim, a que esteve mergulhada no Tejo, anos a fio) iniciou o processo que visa a sua reconstrução (uns bons milhares de contos), o NRP «João Roby» foi abalroado, tendo ficado com a 'traseira' em mau estado.

Por outro lado, uma fragata da classe Vasco da Gama

(MEKO) foi sujeita a uma grande reparação ao motor, o que implicou a vinda de técnicos alemães. Para terminar, a fragata «Roberto Ivens» foi destacada para integrar a força da NATO que tem como missão a Jugoslávia, terá sofrido um alagamento na casa das máquinas. Esqueceram-se de alguma torneira a pingar?...

IMC

IMC — INDÚSTRIA, MONTAGEM E COMÉRCIO DE COMPUTADORES, LDA.



COMPUTADOR IMC B5

PROCESSADOR	80386 SX - 20 MHz; SOCKET PARA COPROCESSADOR
MEMÓRIA	2 MB DE BASE; EXPANSÃO MÁXIMA ATÉ 16 MB
VÍDEO	PLACA SUPER VGA 1024 x 768
MEMÓRIA DE MASSA	1 DRIVE DE 3,5" - 1.44 MB; DISCOS DE 40 MB ATÉ 211 MB
INTERFACES	1 PORTA PARALELA; 2 PORTAS SÉRIE
SLOTS DE EXPANSÃO	1 SLOT DE 16 BITS PARA PLACA LAN OU FAX/MODEM
TECLADO	ENHANCED DE 81 TECLAS
MONITORES	SVGA DE 14" MONO OU POLICROMÁTICO
FONTE DE ALIMENTAÇÃO	AC 90 V A 250 V. 35 Watts
DIMENSÕES	26 cm x 19,5 cm x 4,7 cm
PESO	3,2 Kg

IMC — INDÚSTRIA, MONTAGEM E COMÉRCIO DE COMPUTADORES, LDA.
PRAÇA JOÃO DO RIO, 9 - 3.º ESQ.
1000 LISBOA

COMPUTADORES IMC

MODELOS TOWER

" 488 TW - 25 Mhz

MODELOS DESKTOWER

" 488 DX - 33 Mhz

" 386 DX - 40 Mhz

" 386 DX - 25 Mhz

" 386 SX - 25 Mhz

" 286 S - 20 Mhz

MODELOS DESKTOP

" 386 DX - 25 Mhz

" 386 SX - 25 Mhz

" 286 S - 20 Mhz

MODELOS SLIM TOWER

" 386 SX - 20 Mhz

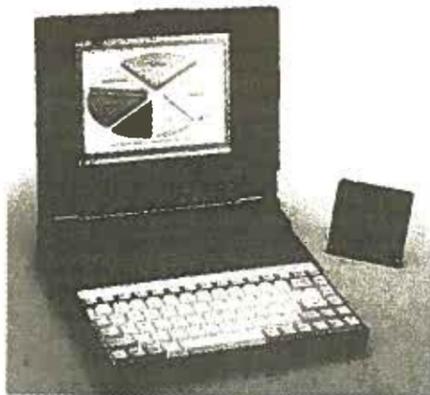
" 286 - 16 Mhz

" 286 - 12 Mhz

NOTEBOOK

" NB340 - 386 SX - 20 Mhz - DISCO 40 Mb

" NB360 - 386 SX - 20 Mhz - DISCO 60 Mb



SOFTWARE

- CONTABILIDADE; FACTURAÇÃO; GESTÃO DE PESSOAL
- GESTÃO DE ARMAZÉNS
- GESTÃO DE CONDOMÍNIOS
- GESTÃO DE PONTOS DE VENDA

ALUGUER DE EQUIPAMENTO

CRÉDITO IMC

PARA MAIS INFORMAÇÕES:
TELEFONES: 848 21 23 / 848 00 01
FAX: 848 00 40

Salários sobem para baixo

O Ministro das Finanças, Braga de Macedo, em declarações à televisão, avançou com uma previsão da inflação para 1993 na ordem dos 5%, prevendo-se aumentos

da maior, do nível de vida de quem trabalha, sem ter em conta, mais uma vez, que desde 1981 que os salários reais evoluem abaixo do crescimento da produtividade

duz a descapitalização do valor que o Governo atribui ao trabalho e realça a involução dos nossos salários reais.

Estas medidas parecem

PRINCIPAIS INDICADORES ECONOMICOS				
Indicadores	1988	1989	1990	1991
Taxa de inflação	9.6	12.6	13.4	11.4
Remunerações nominais	9.8	12.6	17.3	17.7
Remunerações reais	0.1	0	3.4	5.6
Emprego total	2.6	2.2	2.3	3.0
Emprego p/ contra outrem	4.3	3.5	2.9	1.4
Taxa de emprego	5.7	5.0	4.7	4.1
PIB	4.0	5.5	4.2	2.5
Peso dos salários do PNBcF	43.8	42.3	42.2	43.0

Fonte: União Geral de Trabalhadores

EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS REAIS E DA PRODUTIVIDADE		
Anos	Salários Reais	Produt.
1981	100	100
1982	98.8	102.3
1983	93.9	103.2
1984	86.5	102.8
1985	88.2	106.7
1986	91.5	110.8
1987	96.4	113.6
1988	96.5	115.2
1989	96.5	119.0
1990	99.8	121.3
1991	105.4	120.7

Fonte: União Geral de Trabalhadores

salariais iguais à inflação. Se se concretizarem as intenções do Ministro das Finanças, as consequências negativas desta política traduzir-se-ão numa diminuição, ain-

de, a qual, tudo o indica, continuará a crescer em 1993.

O aumento de 8% no presente ano e a previsão de 5% para o próximo ano tra-

querer significar que Portugal faz questão de agravar o nível de vida dos seus cidadãos, já bastante inferior ao da média comunitária.

O Provedor de Justiça enviou ao Tribunal Constitucional o pedido de inconstitucionalidade de várias medidas legislativas do Governo constantes no EMFAR e relacionadas com as reformas compulsivas dos militares, as quais foram alvo do protesto da classe e de diligências da ANS junto da Provedoria de Justiça e da Assembleia da República. As conclusões do Provedor de Justiça foram as que a seguir se transcrevem:



Ensino Superior é mais fácil nas FA's

Uma portaria do Governo reservou, para os voluntários das Forças Armadas, um por cento das vagas no ensino superior. As dificuldades de recrutamento criadas por cortes de verbas destinadas a pessoal obrigaram à criação de mais este «incentivo». É evidente que se devem criar incentivos para todos — todos — aqueles que estejam interessados numa carreira militar. Mas parece elementar, também, que se deve reconhecer que esta solução não parece séria. Ela dá azo a que se julgue que esta-

mos somente em presença de mais uma «porta» para filhos família.

Afinal, o que é que se pretende?

Será difícil perceber que esta lei não incute o gosto pelo saber militar? Que ela não cria nos voluntários a honestidade intelectual e o sentido crítico para que sejam exigentes consigo próprios?

Por outro lado, porquê não criar incentivos para estimular a qualidade do ensino técnico-profissional militar?

As Bases Gerais do Esta-

tuto de Condição Militar, no seu artigo 12.º, clarifica os direitos dos militares ao seu treino e formação geral, cívica, científica, técnica e profissional, com vista à sua valorização humana e profissional e à sua progressão na carreira.

Sejamos, pois, realistas.

Ao criar o «incentivo» referido, por texto complementar, conduziram-se os direitos dos militares a regimes jurídicos diferentes; criou-se a desarmonia dos direitos, conforme o exemplo fornecido por esta portaria.



Novo Ceme

O general Cerqueira Rocha foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, em substituição do general Loureiro dos Santos, que se demitiu daquele cargo e manifestou a sua discordância com a forma como decorre o processo de reestruturação do Exército.

Comentando a nomeação do general Cerqueira Rocha, o Ministro da Defesa, Fernando Nogueira, disse tratar-se «da pessoa indicada para assumir esse cargo» e afirmou que «com o general Cerqueira Rocha, vamos prosseguir a nossa política de continuidade que visa reestruturar e modernizar o Exército português».

Para o Provedor da Justiça reformas compulsivas são inconstitucionais

PROVEDOR DECLARA INCONSTITUCIONALIDADE

CONCLUSÕES

Nestes termos deve ser declarada a Inconstitucionalidade com força obrigatória geral das normas contidas:

- nas alíneas b) e c) do art.º 175.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas aprovado pelo Decreto-Lei 34-A/90 de 24 de Janeiro por violação do princípio da segurança e confiança dos cidadãos na ordem jurídica, corolário do Estado de Direito que o art.º 2.º da Constituição consagra, bem como por violação da reserva orgânica da Assembleia da República, nos termos dos artigos 168.º n.º 1 alínea b) e 169.º n.º 3;
- nos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei 34-A/90 de 24 de Janeiro, porquanto violam o princípio da igualdade contido no art.º 13.º/2 da Constituição;
- no n.º 1 do art.º 17.º do Decreto-Lei 57/90 de 14 de Fevereiro, que viola o já enunciado princípio da confiança fundado no art.º 2.º da CRP;
- nos n.ºs 2 e 3 da actual redacção do art.º 17.º do Decreto-Lei 57/90 de 14 de Fevereiro (bem como na versão originária), por atentarem contra o princípio da igualdade (art.º 13.º da CRP) e contra o princípio da confiança (art.º 2.º da CRP).

Lisboa, 20 de Junho de 1992

O PROVIDOR DE JUSTIÇA

José Meneses Pimentel
José Meneses Pimentel

Os direitos adquirem-se com perseverança, consciência e unidade

As condições de vida, os direitos e as regalias dos militares diferem, muitas vezes substancialmente, de país para país, por essa Europa fora. Bauke Snoep, Presidente da Federação Geral do Pessoal Militar da Holanda e Membro do Comité Executivo da EUROMIL conhece profundamente essas diferenças e relatou-as a «O SARGENTO» na entrevista que concedeu ao nosso jornal, proporcionando a cada um de nós os meios de comparação que nos faltavam para medirmos a longa distância que ainda nos separa da Europa mais desenvolvida.

«O SARGENTO» — Que espécie de informação (jornais, revistas, etc.) é distribuída aos membros da sua Associação e como isso funciona?

Bauke Snoep — Bem, nós temos que estabelecer aqui uma diferença. Primeiro que tudo os membros das Forças Armadas recebem jornais do Ministério da Defesa. Para além disso, cada um dos diferentes ramos da FA's distribui mensalmente uma revista dos seus membros. Em ambos, no jornal e na revista, é sempre dado o ponto de vista do MDN. Em segundo lugar, as associações têm os seus próprios meios de informação onde dão o seu ponto de vista sobre todos os assuntos profissionais, sociais, de carreira, etc. Estes meios de informação são financiados pelas próprias associações, através das contribuições das quotas dos associados.

«O SARGENTO» — A sua Associação recebe qualquer benefício especial do Governo?

BS — Sim, da forma que passo a explicar:

— Cada membro das FA's holandesas tem um total de 15 dias de licença de compensação para assistir a reuniões, encontros, etc., organizados pela Associação.

— Cada Associação tem um total de 280 dias de licença de compensação, para ser dividido entre os seus membros da respectiva direcção, de modo a permitir-lhes levar a cabo os trabalhos como membros da direcção.



— Cada Associação tem 2 ou 3 (dependendo do número de sócios) membros da direcção que estão completamente dispensados de todos os deveres militares. Eu sou um desses membros.

— Um número ilimitado de dias de licença de compensação para os que fazem parte dos comités de consulta, de modo a poderem estudar as diversas matérias.

«O SARGENTO» — Quais são os acordos, no seu país, no que concerne a consulta,

negociação, etc. E como está pessoalmente protegido de atitudes arbitrárias contra si?

BS — A estrutura de consulta/negociação está escrita na lei. Nessa lei, a greve está interdita. Mensalmente, temos uma reunião com o Ministro da Defesa, na qual falamos de problemas que dizem respeito a todos os membros das FA's. Além disto, temos mensalmente consulta com o Chefe de Estado-Maior, nas quais fala-

mos de matérias que dizem respeito a cada um dos ramos.

Se, por qualquer razão, não chegarmos a um acordo nestas consultas, temos a possibilidade de requerer um conselho de uma comissão que é constituída por pessoas influentes na sociedade holandesa.

A protecção pessoal é completa. Nenhum comandante pode tomar qualquer acção punitiva ou intimidatória, já que se tal acontecesse o próprio Ministro da Defesa actuaria sobre esse comandante.

«O SARGENTO» — Pode dar uma indicação acerca dos salários e compensações nas FA's holandesas e qual a quota que cada associado paga para a Associação?

BS — Ora bem, a quotização para os membros da Associação é de cerca de 13 guilders (mais ou menos 1000\$00 mês). Este valor de quotas permite-nos ter um advogado a tempo inteiro na Associação, ter a imprensa de que falámos atrás e custear as viagens e outras actividades de membros da Associação (reuniões da EUROMIL, etc.). Uma comparação entre os salários em Portugal e na Holanda não é possível devido às diferenças no custo de vida. No entanto pode-se dizer que um 2.º sargento, casado e com dois filhos, terá um vencimento entre os 150 e os 175 contos.

Quanto a compensações, por exemplo, por tempo extra, temos o seguinte acordo: por cada hora extra recebemos 600\$00; por exercícios que durem mais de 12 horas por dia recebemos 6500\$00; e por horas extra em serviços inopinados recebemos um máximo de 2500\$00 por mês. Levámos cerca de 30 anos para conseguirmos estes acordos e mesmo agora pensamos que não é o suficiente.

«O SARGENTO» — Isso é que é perseverança...

BS — Sim... e consciência e unidade, senão...

«O SARGENTO» — Para terminar, dê-nos uma panorâmica sobre a situação do pessoal militar nos diferentes países da Europa. E quanto às funções dos sargentos?

BS — Em termos gerais, nos países como a Noruega, Suécia, Finlândia, Austria, Alemanha e Dinamarca vocês encontram uma situação idêntica à do meu país. A Irlanda evolui mais rapidamente para isso. Na Bélgica o pessoal profissional tem alguns direitos de consulta, mas os conscritos não. No Luxemburgo a situação é idêntica. Na Grã-Bretanha, Grécia, Turquia e Portugal o direito de associação é negado. No Centro e Leste da Europa as associações estão a crescer muito rapidamente.

Quanto às funções dos sargentos, qualquer explicação demoraria muito tempo. O que posso sintetizar, como comparação é o seguinte: por exemplo, na Rússia, os oficiais fazem o mesmo que um sargento na Holanda. Se compararmos com Portugal, a situação é muito idêntica.

ANS

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MOÇAMBIQUE

Foi constituída em Moçambique, a Associação dos Desmilitarizados das Forças Armadas de Moçambique (ADFAM).

A ADFAM tem como objectivos enquadrar todos os desmobilizados para que, de uma forma activa e organizada, participem na reconstrução do seu país.

FRANÇA

No passado mês de Agosto, a ANS teve um encontro na sua sede com o cap. Patrick Silberstein, membro da Confédération Européene des Organisations D'Apfelés (ECCO).

O encontro realizou-se a seu pedido, durante uma curta passagem por Lisboa.

EUA

A ANS recebeu uma carta da Citizen Soldier, na qual esta organização sediada em Nova Iorque expressou à ANS a sua «solidariedade na batalha pelos Direitos Humanos».

CARTA ABERTA

Do sr. Max Natts, australiano, recebemos uma cópia de um «fax» por ele enviado ao Ministro da Defesa português, Fernando Nogueira, do qual publicamos extractos:

«(...) Como escritor sobre 'movimentos militares' que não pode esquecer o papel dos oficiais e soldados no restabelecimento da liberdade nacional depois das décadas de ditadura (...) é difícil esperar que defendam a democracia se a eles próprios é negado o direito a exercê-la.

(...) Foi 'um tanto' dolorosamente surpreendido ao saber existirem intenções de ilegalizar a ANS. Eu espero sinceramente que esta informação seja incorrecta! Se for verdadeira, significa um sério recuo para a democracia portuguesa, de facto para a democracia em qualquer lugar!»

EUROMIL

A ANS recebeu de Jens Rotboll, Presidente da EUROMIL, o agradecimento pela forma como decorreu o 3.º aniversário da ANS, que contou com a presença de Bauke Snoep, do Comité Executivo da EUROMIL.

No seguimento, Jens Rotboll expressou a sua solidariedade pessoal com os objectivos da ANS e manifestou a sua disponibilidade para prestar toda a ajuda à ANS na prossecução dos seus objectivos.

CS ARMADA

Apesar de sujeito a pressão pelo processo de despejo que continua a aguardar decisão final, o CSA continua dinâmico e actuante. A direcção tem-se desmultiplicado em contactos e audiências, sem que, no entanto, se tenha encontrado uma solução, por enquanto. Ao nível do MDN, onde tiveram uma audiência com o ministro Fernando Nogueira, nenhuma perspectiva foi adiantada até agora.

A colaboração interessada que os sócios do clube têm prestado, dando indicações sobre imóveis a averiguar pode e deve alargar-se.

Iniciativas:
— Magusto — Dia 8 de Novembro, no Parque de St.º António, na Costa de Caparica.

Na ordem do dia estão também as eleições para os futuros corpos sociais.